

EDITAL DE LICITAÇÃO
CRENCIAMENTO Nº 002/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2024

CRENCIAMENTO Nº 002/2024

PRESIDENTE DA CPL: ADRIANE FARIAS CARVALHO MARIOTTI

1. PREÂMBULO

1.1. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS, pessoa jurídica de direito público, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, designada pelo Decreto Municipal nº 001/2024, do Município de Alta Floresta e conforme Termo de Cooperação Técnica nº 001/2021, firmado com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós e o município de Alta Floresta, torna público para conhecimento dos interessados que está procedendo CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de **CRENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM OU SEM TRANSPORTE DE PACIENTES E FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 04(QUATRO) REFEIÇÕES DIÁRIAS PARA PACIENTES E SEUS ACOMPANHANTES (QUANDO FOR O CASO), ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTOS/CONSULTAS MÉDICOS OU FAZER EXAMES ESPECIALIZADOS NAS CIDADES DE CUIABÁ/MT, SORRISO/MT, SINOP/MT E NOVA MUTUM/MT, DE MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS**, conforme descrito neste edital e seus anexos, sendo regido em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei Complementar nº. 147/2013, que dispõe sobre a correção monetária dos valores das modalidades licitatórias, e demais normas vigentes que regem a aquisição pela administração pública, bem como, nos termos estabelecidos neste Edital.

1.2. Local, dia e hora para recebimento da documentação, bem como, para encaminhamentos de esclarecimentos e congêneres:

Período de Recebimento de Documentos: A partir do dia 04/04/2024, enquanto vigente o presente processo licitatório.

Horário: 07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min

Local do recebimento dos documentos:

Rua do Araújo nº 264 - Setor RI - Alta Floresta/MT. Fone: (66) 3521-6867 ou 3521-5471

Sites: Edital completo poderá ser obtido na sede do Consórcio e no site

<https://www.consorcioaltotapajos.com.br/> (link: "Licitações").

Meios para contato:

Tel: (66) 3521-6867 / 3521-5471 ou 3512-3112

E-mail: consorcioaltotapajos@cisrat.com.br / licitacao@altafloresta.mt.gov.br

Dias e horários: Segunda a Sexta-feira, das 07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min (fuso horário de Mato Grosso (+4h)).

1.3. Durante toda a vigência do **Chamamento Público/Credenciamento**, as empresas poderão solicitar o credenciamento, conforme termos deste edital, com **vigência até dia 03 de**

abril de 2025, a contar da data de publicação do credenciamento, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

1.4. TODA COMUNICAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO SERÁ FEITA PREFERENCIALMENTE VIA Sistema Web CPSVTP-SICS (Sistema Integrado de Consórcio de Saúde), cujo link está disponível na Página Web Oficial deste Consórcio em “ACESSO AO SISTEMA”, após confirmada no sistema SICS, e cadastramento feito conforme Instrução Normativa nº 001/2023, disponível no site www.consorciotaltapajos.com.br, CASO EM QUE OS PRAZOS INICIAM-SE COM A DISPONIBILIZAÇÃO DA MENSAGEM NA CAIXA DE ENTRADA, sendo que eventuais comunicações por outros meios podem ser realizadas, na mesma sistemática de início de prazo.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente termo o **credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de hospedagem, com ou sem transporte de pacientes e fornecimento de no mínimo 04(quatro) refeições diárias para pacientes e seus acompanhantes (quando for o caso), encaminhados para tratamentos/consultas médicos ou fazer exames especializados nas cidades de Cuiabá/MT, Sorriso/MT, Sinop/MT e Nova Mutum/MT, de municípios do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência Anexo I deste Instrumento.

2.2. As empresas interessadas em participar do credenciamento, respectivamente a sua área de interesse em se credenciar, deverão possuir como finalidade a prestação de serviços que atendam as especificações constantes no **Anexo I - Termo de Referência**.

3. TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. O Termo de Referência - Anexo I foi elaborado pela Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Tapajós – CISRAT, o qual servirá de base para todo o procedimento.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes das contratações, referentes ao objeto deste Credenciamento, correrão pelas dotações orçamentárias suportadas e vinculadas aos créditos decorrentes de Transferências por meio de Contratos de Rateio dos Municípios integrantes deste Consórcio, que utilizarão os serviços contratados conforme sua necessidade, não havendo a obrigação de utilização de quantidades mínimas ou do total estimado no Termo de Referência.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

5.1. Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.2. Os dados informados na Solicitação de Credenciamento são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação exigida no Edital.

5.3. Os documentos exigidos deverão apresentados em forma de cópias autenticadas por cartório competente, ou cópias simples, desde que acompanhadas dos respectivos originais para autenticação por membro da Comissão de Licitação, ou em meios digitais que possibilitem sua conferência e autenticidade, à exceção dos documentos gerados automaticamente pelos Sistemas Previdenciário/Fiscal e outros, que, por sua natureza, são emitidos através da internet e com possibilidade de comprovação de sua autenticidade.

5.4. Os documentos emitidos e/ou extraídos via internet poderão ser novamente impressos e/ou consultados pela Comissão de Licitação para efeito de comprovação de sua autenticidade.

5.5. Com exceção os documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias da data da entrega da Solicitação de Credenciamento.

5.6. Não serão aceitos documentos entregues fora das condições estabelecidas neste Edital.

- 5.7.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e anexos, com exceção dos casos expressamente previstos.
- 5.8.** Serão aceitos solicitações de credenciamento e documentos enviados para os e-mails consorcioaltotapajos@cisrat.com.br e licitacao@altafloresta.mt.gov.br, desde que assinados por meio de assinatura eletrônica que possibilite a comprovação de autenticidade.
- 5.8.1. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da credenciada e o objeto licitado, também servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam concernentes ao objeto do certame.**
- 5.9. São vedadas de participarem os interessados:**
- 5.9.1.** que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- 5.9.2.** que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou, conforme o caso, pelo órgão em que praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;
- 5.9.3.** estrangeiras que não funcionem no País;
- 5.9.4.** empresas que estejam suspensas pelo Consórcio de participar em certames.
- 5.9.5.** Empresas que estejam respondendo processos administrativos com o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT;
- 5.9.6.** Empresas que foram condenadas em processos administrativos com a Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT nos últimos 05 (cinco) anos;
- 5.9.7.** Também não será admitida a participação de interessados que possuam em seu quadro societário servidores públicos ou agentes políticos municipais, bem como com vínculo de parentesco até o terceiro grau, que sejam detentores de poder de influência sobre o resultado do certame, considerado todo aquele que participa, direta ou indiretamente, das etapas do processo de licitação, nos termos da Resolução de Consulta nº 05/2016 do TCE/MT;
- 5.10.** Os interessados a participar do presente credenciamento deverão realizar ou atualizar seu Cadastro Ativo de Fornecedor, cujo acesso é disponibilizado gratuitamente através do Sistema Web CPSVTP-SICS (Sistema Integrado de Consórcio de Saúde), cujo link está disponível na Página Web Oficial deste Consórcio em “ACESSO AO SISTEMA”, de forma que seja possível aferir através do próprio sistema a sua Habilitação Jurídica, Fiscal e Técnica, com maior agilidade econômica, eficiência e interoperabilidade.
- 5.10.1.** Aberto o período de recebimento dos Credenciamentos, as interessadas deverão acessar o Sistema Web CPSVTP-SICS, o qual pré-selecionará os serviços para os quais ele demonstre qualificação compatível, considerando as informações por ele apresentadas no seu Cadastro Ativo de Fornecedor.
- 5.10.2.** A Solicitação de Credenciamento somente estará disponível ao usuário do licitante para o qual tenha sido atribuído perfil de Administrador.
- 5.10.3.** Ao efetuar o login de seu Usuário Administrador no Sistema Web CPSVTP-SICS, através do Menu “Credenciamentos”, o Sistema apresentará ao usuário a identificação deste Credenciamento, permitindo o acesso ao Portfólio de Serviços disponíveis para que o licitante selecione aqueles que tenha interesse em credenciar. Caso haja alguma inconformidade habilitaria que impeça o acesso ao portfólio de serviços o sistema indicará a inconformidade e o fornecedor deverá providenciar sua regularização antes de prosseguir.
- 5.10.4.** Acessando o Portfólio de serviços do Credenciamento, o Sistema exibirá todos os serviços e valores praticados, deixando disponível para seleção somente aqueles que apresentem conformidade com os profissionais constantes em seu cadastro, levando-se em conta os requisitos técnicos das tabelas SIGTAP, em especial quando ao CBO compatível, efetuando ainda o cotejo com o Cadastro CNES. Caso haja itens que não permita a seleção o Sistema identificará e informará o motivo da inconformidade, devendo o fornecedor providenciar a correção ou atualização em seu cadastro para viabilizar o credenciamento no item.

5.10.5. Após selecionar os serviços de seu interesse e para os quais esteja com cadastro compatível, será solicitada a revisão da solicitação, relacionando-se os itens assinalados, bem como será solicitado que o fornecedor aceite o compromisso com as seguintes declarações obrigatórias para a participação no Credenciamento:

5.10.5.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

5.10.5.2. Declaração de comunicação de fato superveniente impeditivo à habilitação;

5.10.5.3. Declaração de não utilização de mão de obra infantil, e situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

5.10.5.4. Declaração da própria Empresa de que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

5.10.6. A SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E TERMO DE ACEITE será entregue na sede do Consórcio de Saúde;

5.10.7. Após revisada e confirmada a solicitação, esta será encaminhada automaticamente para análise da Comissão Permanente de Licitação a qual deliberará em sessão de julgamento acerca do prosseguimento do Credenciamento. O status da solicitação poderá ser acompanhado pelo Sistema Web, na Aba “Credenciamentos”.

5.10.8. No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá apresentar o documento no seu Cadastro Ativo de Fornecedor o qual terá validade provisória pelo prazo definido em Lei, devendo acostar o documento regular até a expiração desse prazo.

5.10.9. Fica a pessoa jurídica obrigada a informar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, se este ocorrer após a abertura do certame.

5.10.10. O envio da solicitação equivale à apresentação da proposta comercial e implica nos seguintes compromissos por parte do credenciado:

5.10.10.1. Estar ciente das condições do Edital;

5.10.10.2. Assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados;

5.10.10.3. Fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela comissão Permanente de Licitação;

5.10.10.4. Manter, durante toda a execução do eventual contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para habilitação exigidas neste Edital.

5.10.11. A empresa deverá cadastrar também no sistema responsável(eis) pelo faturamento financeiro e agenda, informando ao Consórcio.

5.11. A participação na presente licitação implica na integral aceitação de todos os termos e condições do Edital e seus anexos, ressalvando-se o direito de impugnação, e também nos seguintes compromissos:

5.11.1. Estar ciente das condições da licitação, assumindo a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL.

5.11.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira exigidas na licitação, além daquelas.

6. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1. Em até **3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame**, poderá ser feito **pedido de esclarecimentos** sobre este Edital, preferencialmente nos endereços eletrônicos: licitacao@altafloresta.mt.gov.br, ou protocolizadas no Setor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT, no endereço constante no preâmbulo, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal.

6.2. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do certame, devendo o Consórcio, através do (a) Presidente da CPL, julgar e responder sobre a petição no prazo de **no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

6.3. As impugnações deverão ser protocolizadas no Setor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT, no endereço constante no preâmbulo, em sua via original, devidamente assinada por quem tenha poderes para tal, ou no endereço eletrônico: licitacao@altafloresta.mt.gov.br, respeitados os prazos, formas e condições em qualquer caso, ficando consignado que qualquer outro meio de apresentação não será recebido, não havendo qualquer validade a respectiva impugnação.

6.4. Cabe ao Presidente da CPL, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sobre a impugnação ou pedido de esclarecimento interposto.

6.5. Caso procedente e acolhida a impugnação do Edital, seus vícios serão sanados e, caso afete a formulação das propostas, nova data será designada pela Administração para o início do recebimento dos pedidos de credenciamento.

6.6. Os prazos limites para pedidos de esclarecimentos e impugnação devem respeitar o horário final do expediente do Setor Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT, (07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min (fuso horário de Mato Grosso +4h) para protocolo físico e para protocolo virtual, conforme item 6.1 e 6.2.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO

7.1. Todo prestador que preencher os requisitos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, de qualificação técnica, de qualificação econômico-financeira e de regularidade sanitária será credenciado para prestação dos serviços.

7.2. Será considerada habilitada a Credenciada que apresentar os documentos a seguir listados, observando que a interessada que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e ficará sujeita às penalidades legais;

7.3. Constituem motivos para inabilitação da credenciada, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação:

7.3.1. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

7.3.2. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

7.3.3. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;

7.4. Os documentos que não possuírem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias de antecedência da data prevista para apresentação do credenciamento, exceto atestado;

7.5. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pelo presidente ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

7.6. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou pelos membros da comissão no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

7.7. A credenciada interessada deverá apresentar o TERMO DE ACEITE dos serviços pretendidos conforme modelo Anexo II;

7.7.1. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e prazo de fornecimento para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (conforme modelo – Anexo V);

7.7.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação (conforme modelo Anexo VI);

7.8. Documentos Relativos à Habilitação jurídica:

7.8.1. Cédula de Identidade e CPF dos Sócios e ou proprietário;

7.8.2. Registro comercial, no caso de empresa individual ou;

7.8.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;

7.8.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;

7.8.5. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual atualizado, impresso com data não superior a 30 (trinta) dias da data do certame;

7.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

7.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.9.2. Prova de inscrição de Contribuinte Estadual;

7.9.3. Alvará de Localização e Funcionamento – emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante;

7.9.4. Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

7.9.5. Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

7.9.6. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

7.9.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;

7.9.8. Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;

7.9.9. Consulta unificada - CEIS - CNEP - INIDÔNEOS TCU - CNIA E CNJ, através do site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

7.9.10. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis)anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, inciso V, (conforme modelo Anexo IV);

7.9.11. Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas.

7.10. Qualificação Técnica

7.10.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.11. Qualificação Econômico-Financeira

7.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.11.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando que a constituição do balanço patrimonial deve demonstrar o ativo, passivo e patrimônio líquido da interessada;

7.11.3. O Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (Sede do Licitante).

7.11.4. No caso do Balanço Patrimonial estiver contido no registro do Livro Diário, deverá anexar juntamente ao mesmo o Termo de abertura e Termo de encerramento do respectivo livro.

7.11.5. Em se tratando de Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do recibo de entrega do órgão competente e escrituração contábil digital, juntamente com termo de abertura e encerramento;

7.11.6. O Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;

7.11.7. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;

7.11.8. Certidão Simplificada Emitida pela Junta Comercial da sede do licitante comprovando a existência de capital social no valor igual ou superior a 2% da contratação, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

7.11.9. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual, o Capital Social poderá ser comprovado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.11.10. As certidões que não apresentarem data de validade, será considerada válida dentro de período de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão.

7.12. Regularidade Sanitária

7.12.1. Alvará da Vigilância Sanitária emitido pelo Órgão competente, do local de atendimento, seja sede e/ou terceirizado;

8. ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. A Comissão Permanente de Licitação procederá à verificação da conformidade das solicitações apresentadas, constando os documentos de habilitação dos interessados extraídos diretamente de seu Cadastro Ativo de Fornecedor, verificando sua conformidade e, em sessão pública, no dia, horário e local, conforme definido neste edital será divulgado o resultado dos credenciados;

8.2. Nos casos de solicitação após o prazo inicial, a comissão terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para analisar a solicitação.

8.3. Constatado o atendimento das exigências editalícias, os interessados serão declarados habilitados, caso não haja interposição de recursos, passando-se à fase da homologação.

9. RECURSOS

9.1. É facultada a credenciada, nos termos do art 164 a 168 da Lei nº 14.133/2021, a interposição de recurso, conforme a hipótese legal;

9.1.1.1. Terão efeito suspensivo obrigatório apenas os recursos contra a habilitação ou inabilitação e contra o julgamento dos credenciamentos. Os demais não terão efeito suspensivo, salvo se a autoridade competente, por razão de interesse público, motivadamente assim o determinar.

9.2. Não serão conhecidos os recursos protocolizados fora do prazo legal.

9.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

9.4. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações e Contratos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT, em dias úteis, no horário de (07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min (fuso horário de Mato Grosso +4h).

9.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais pelo Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT este homologará o procedimento;

9.6. A homologação desta licitação não obriga a Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT à contratação do objeto licitado, nem garante em caso de contratação demanda mínima ou prestação de serviços mínima e/ou garantida;

9.7. O resultado do recurso será divulgado mediante publicação no Diário Oficial do Estado e no Diário Oficial de Contas –Tribunal de Contas do Mato Grosso.

9.8. O recurso contra decisão do não terá efeito suspensivo quanto à disputa.

9.9. Ocorrendo manifestação ou interposição de recurso de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento da execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. A distribuição dos serviços será de acordo com a demanda dos municípios.

10.2. A distribuição e utilização dos serviços credenciados será de acordo com o número de credenciados e a demanda dos municípios, não havendo a obrigação de utilização de quantidades mínimas ou do total estimado no termo de referência.

10.3. A solicitação será feita pelas secretarias municipais de saúde, primordialmente através do sistema informatizado de gestão do Consórcio de Saúde.

10.4. A escolha da empresa que prestará o serviço dentre as empresas credenciadas sempre será um direito do paciente ou familiar ou responsável, não havendo por parte do CONSÓRCIO obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos a CREDENCIADA.

10.5. A Convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pelo Consórcio de Saúde, via sistema, podendo ser o agendamento, mensagem de texto em aplicativo de conversa, ou congêneres.

10.6. A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao agendamento no sistema.

10.7. A recusa formal injustificada da prestação do serviço, por parte da credenciada implica no descredenciamento e suas sanções.

10.8. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento, sob pena de descredenciamento e de aplicação das demais penalidades.

10.9. Os serviços serão agendados pelos municípios diretamente com os prestadores de serviço credenciados Sistema Web CPSVTP-SICS (Sistema Integrado de Consórcio de Saúde), cujo link está disponível na Página Web Oficial deste Consórcio em “ACESSO AO SISTEMA”, após confirmada no sistema SICS, e cadastramento feito conforme Instrução Normativa nº 001/2023, disponível no site www.consorciotaltapajos.com.br .

10.10. A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao agendamento no sistema.

10.11. A recusa formal injustificada da prestação do serviço, por parte da credenciada implica no descredenciamento e suas sanções.

10.12. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento, sob pena de descredenciamento e de aplicação das demais penalidades.

10.13. Os serviços serão agendados pelos municípios diretamente com os prestadores de serviço credenciados Sistema Web CPSVTP-SICS (Sistema Integrado de Consórcio de Saúde), cujo link está disponível na Página Web Oficial deste Consórcio em “ACESSO AO SISTEMA”, após confirmada no sistema SICS, e cadastramento feito conforme Instrução Normativa nº 001/2023, disponível no site www.consorciotaltapajos.com.br.

11. DA REMUNERAÇÃO DAS ATIVIDADES

11.1. A interessada em participar do credenciamento deverá enviar Declaração de que aceita o valor proposto a pagar pelos serviços prestados, conforme Proposta Financeira da Estimativa de Preço do Termo de Referência Anexo I, os valores já englobam todos os custos operacionais da atividade, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba a proponente direito de reivindicar custos adicionais.

11.2. O valor deverá englobar quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos no Termo de Aceite da Proposta Financeira ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento do credenciamento, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo o objeto deste credenciamento ser prestados sem ônus adicionais.

11.3. O valor de cada item está especificado no Anexo I-A.

11.4. Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Consórcio.

11.5. A CONTRATANTE descontará dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da CONTRATADA;

11.6. Todos os impostos, taxas, contribuições, encargos sociais incidentes sobre a execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA;

11.7. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AO ALTO TAPAJÓS, CNPJ nº 02.228.364/0001-59 devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Empenho, nº do processo administrativo e nº do Contrato;

11.8. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;

11.9. Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante o prazo de 01(um) ano da data da proposta, devendo qual reajuste somente ser efetuado após 12(doze) meses da data da proposta final;

11.10. Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de salários e encargos de seus empregados/profissionais envolvidos diretamente

na execução dos serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da execução dos serviços.

11.11. Será proibido a credenciada cobrar taxas ou qualquer outra importância dos usuários, **sob pena de descredenciamento** a ser apurado em processo administrativo instaurado imediatamente apurada denúncia apresentada pelo usuário ou qualquer cidadão, assegurado a credenciada o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12. HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

12.1. O Credenciamento ficará sujeito a ratificação/homologação do Presidente do CISRAT, Autoridade Máxima do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós.

12.2. Para fins de ratificação, o proponente credenciado fica obrigado a comparecer no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas - Tribunal de Contas do Mato Grosso, para comparecer junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT para assinar o Contrato, vindo a decair do direito a executar o objeto deste Credenciamento, caso não compareça.

13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. O valor dos itens será reajustado, nos termos do art. 25, §8º, I, da Lei de Licitações, com base no INPC/FGV, a contar da data de início de vigência do credenciamento.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Convocar a contratada/credenciada para assinatura do contrato;

14.2. Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após a prestação dos serviços, nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT;

14.3. Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;

14.4. Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, (na prestação dos serviços) solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

14.5. Supervisionar o cumprimento contratual, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento da prestação de serviços e qualidade dos objetos.

14.6. A execução dos itens que compõem o objeto deste instrumento deverá ser recusada pela contratante se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

14.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto contratado dentro das especificações descritas no Termo de Referência Anexo I.

14.8. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo ao credenciado será de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

14.9. Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

14.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.10.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.10.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

14.10.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

14.11. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

14.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

14.13. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;

14.14. Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE.

15.2. Executar o objeto, conforme descrito no Edital e no Termo de Referência.

15.3. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam inteiramente prestados como contratado;

15.4. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços e as Certidões Negativas, acompanhados com relatório para realização de conferência do mesmo pela Central de Regulação;

15.5. Possuir quartos masculinos e femininos separados com banheiros, ar-condicionado e em perfeito estado de higiene e conservação;

15.6. Possuir rampas e acessibilidades com banheiros para portadores de necessidades especiais;

15.7. Acomodações e dormitórios prezando qualidade e higiene;

15.8. Liberar a entrada de pacientes que chegarem após as 22:00 horas, caso sejam pacientes/acompanhantes que forem encaminhados através de ônibus ou em estado de urgência e emergência;

15.9. Deverá possuir controle de entrada e saída com assinaturas dos assistidos;

15.10. O local deverá conter livre acesso a veículos e ambulâncias, devendo ainda ser local higienizado e arejado

15.11. É de responsabilidade de a contratada oferecer assistência e acompanhamento para a realização de documentação se caso o paciente vir a óbito;

15.12. Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;

15.13. Levar imediatamente ao conhecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;

15.14. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados de imediato;

15.15. Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

15.16. Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento.

15.17. A contratada deverá fornecer alimentação e hospedagem como: café da manhã (básico), almoço, lanche e jantar de boa qualidade;

15.18. Deverá comunicar a Central de Regulação do respectivo Município sobre os pacientes que deram entrada na casa de apoio sem autorização de diárias que forem encaminhados pela emergência.

15.19. Fornecer transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios, tratamentos médicos e traslado de rodoviária ou aeroporto, inclusive para buscar e levar até ao alojamento da contratada, quando necessário e independente do dia e do horário aos pacientes e seus respectivos acompanhantes que necessitem de tratamento médico continuado (exames complexos, consultas especializadas, dentre outros regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD) na cidade sede e que precisam ficar por mais de um dia na cidade devido aos agendamentos diversos e prescrições médicas, caso tenha sido contratado esse serviço.

15.20. Para execução do traslado o fornecedor deverá fazê-lo com transporte adequado para este fim, obedecendo as normas aplicáveis vigentes.

15.21. Deverá, quando necessário, fazer agendamentos de exames e consultas, retirada de exames e medicamentos, se assim solicitado.

15.22. Respeitar os limites dos quantitativos especificados, sendo que a CONTRATADA deverá atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato.

15.23. Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, à Secretaria Executiva, sob pena de multa de 2% ao dia, e ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, ensejar a rescisão do contrato.

15.24. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;

15.25. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do item, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

15.26. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao detentor do preço registrado/contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

15.27. Comunicar imediatamente a Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

15.28. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, se for o caso;

15.29. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, independentemente da que será exercida por este Consórcio;

15.30. Indenizar terceiros e/ou o próprio Consórcio mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

15.31. Fornecer os itens, conforme estipulado nesta ata/contrato e de acordo com a proposta apresentada ou proposta aceita;

15.32. A entrega do item deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;

15.33. O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços, acompanhado das requisições originais do CISRAT devidamente preenchidas e assinadas.

15.34. Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/objeto ou passíveis de substituição.

15.35. A CONTRATADA terá que seguir as descrições dos itens conforme consta no edital/termo de referência;

15.36. Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados conforme abaixo descrito e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada nos trabalhos descumpridos por parte da Contratada;

15.37. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado a causa;

15.38. Responder pela correção e qualidade dos serviços, ainda que autorizada excepcionalmente e à critério da Administração Pública, sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;

15.39. Apresentar, cotações coletadas que atuem no ramo do mercado pretendido. Se não houver possibilidade de obter as propostas, a CONTRATADA deve apresentar as justificativas pertinentes, por escrito;

15.40. Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

15.41. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços contratados.

15.42. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

15.43. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

15.44. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério do Consórcio, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

15.45. Serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;

15.46. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

15.47. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras e condições estabelecidas neste edital, sob pena de descredenciamento.

16. EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O fornecimento deverá ser realizado de acordo com os requisitos deste edital o Termo de Referência, **Anexo I** e demais anexos.

16.2. A fiscalização ocorrerá na forma da lei, por servidor designado para tanto.

17. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E SEUS PAGAMENTOS

17.1. A convocação para prestação do serviço será efetivada mediante agendamento online pela Central de Regulação Municipal do respectivo ente consorciado.

17.2. A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao recebimento da comunicação para prestação do serviço.

17.3. Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Consórcio, após a execução mensal dos serviços, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de

apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega do objeto contratado, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.4. O pagamento do objeto da presente contratação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

17.5. Nos pagamentos, o Contratante poderá reter cautelarmente valores referente a eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento e dano, devendo ser liberada no prazo previsto para pagamento a parcela incontroversa. (art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.6. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado no pedido de credenciamento.

17.7. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;

17.8. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”.

17.9. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias da prestação de serviços, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$);

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

17.10. Para fazer jus ao pagamento, o ente de direito credenciado deverá apresentar junto com cada nota fiscal, os seguintes documentos:

17.10.1. Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

17.10.2. Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;

17.10.3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;

17.10.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;

17.10.5. Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS.

17.11. As certidões deverão ser mantidas atualizadas no cadastro da contratada, junto ao sistema (CPSVTP-SICS), carregadas via ferramenta de *upload*.

18. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

18.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 2% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. As sanções de advertência (art. 156, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), impedimento de licitar e contratar (art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

18.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

18.10. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados

conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos (art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

18.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.14. Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. É facultada ao Presidente da CPL ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

19.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

19.3. A anulação do procedimento induz à do contrato.

19.3.1. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do objeto do edital.

19.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e o CISRAT não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6. Excepcionalmente, a empresa poderá solicitar a substituição/troca/aditamento dos itens credenciados, através de pedido escrito, comprovando o motivo e devidamente instruído com laudo técnico emitido por profissional registrado no Conselho de Classe competente. A solicitação será analisada por este Consórcio e, sendo verificada a possibilidade de troca, bem como a inexistência de qualquer prejuízo ao erário, será autorizada.

19.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada para abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo manifestação em contrário.

19.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.9. A ratificação desta licitação não gera direito à contratação, mas mera expectativa de direito.

19.10. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 14.133/2021, subsidiada pela Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº. 147/2014, e demais pertinentes.

19.11. Quem impedir, perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena detenção, de 06 (seis) meses a 03 (três) anos, e multa, nos termos do art. 337-I do Código Penal.

19.12. Fica assegurado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós o direito de, no interesse do Consórcio, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, o presente Credenciamento, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente;

19.13. No interesse da Administração Pública e mantidas as condições editalícias, o processo de Credenciamento poderá ser renovado/prorrogado por igual período, mantendo-se aberto para o credenciamento dos interessados, até o limite legal.

19.14. No interesse da Administração Pública e mantidas as condições editalícias, os valores dos procedimentos poderão ser revisados pelo Consórcio caso identifique-se, através de pesquisa de mercado, redução no preço médio praticado, facultando-se ao credenciado, neste caso, o descredenciamento do procedimento alterado, no prazo de até 15(quinze) dias da publicação.

19.15. As Credenciadas são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

19.16. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós;

19.17. A Comissão Permanente de Licitação, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros puramente formais observados na documentação e na proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do Credenciamento, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

19.18. As questões decorrentes da execução deste edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pelo foro da Comarca de Alta Floresta – MT, com exclusão de qualquer outro;

19.19. As normas que disciplinam o certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

19.19.1. Salvo ressalva expressa, todos os prazos em dias estabelecidos neste Edital serão consecutivos.

19.19.2. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis.

19.19.3. Os prazos em horas úteis obedecem ao horário de funcionamento da Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT, qual seja, (07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min (fuso horário de Mato Grosso +4h).

19.20. A Cópia do Edital e de seus Anexos poderá ser obtida pelo site: (<https://www.consorciotaltapajos.com.br/>) e também pode ser feita a solicitação através do e-mail: licitacao@altafloresta.mt.gov.br podendo ainda ser obtida junto ao Departamento de Licitação, no horário das (07h00min às 11h00min/13h00min às 17h00min (fuso horário de Mato Grosso +4h), até o último dia que anteceder a data prevista para abertura do certame.

20. ANEXOS DO EDITAL

20.1. São partes integrantes deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente aos credenciados:

20.1.1. Anexo I: Termo de Referência;

20.1.1.1. Anexo I-A: Descrição e quantitativo do objeto;

20.1.2. Anexo II: Termo de Aceite da Proposta Financeira;

20.1.3. Anexo III: Modelo Carta de Credenciamento;

20.1.4. Anexo IV: Declaração de Cumprimento de Requisitos Legais;

20.1.5. Anexo V: Declaração de Habilitação;

20.1.6. Anexo VI: Declaração de Superveniência de Fato Impeditivos da Habilitação;

20.1.7. Anexo VII: Minuta do Contrato;

Alta Floresta/MT, 02 de abril de 2024.

ADRIANE FARIAS CARVALHO MARIOTTI

Presidente da CPL



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM OU SEM TRANSPORTE DE PACIENTES E FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 04(QUATRO) REFEIÇÕES DIÁRIAS PARA PACIENTES E SEUS ACOMPANHANTES (QUANDO FOR O CASO), ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTOS/CONSULTAS MÉDICOS OU FAZER EXAMES ESPECIALIZADOS NAS CIDADES DE CUIABÁ/MT, SORRISO/MT, SINOP/MT E NOVA MUTUM/MT, DE MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, com possibilidade de prorrogação sucessiva, por até 10(dez) anos, desde que autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. São os seguintes itens:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	DIÁRIAS/ANO NAS CASAS DE APOIO			
	CUIABÁ	NOVA MUTUM	SINOP	SORRISO
ALTA FLORESTA	510	50	350	230
APIACÁS		450	450	360
CARLINDA	300	30	30	30
NOVA BANDEIRANTES	2990	260	1300	260
NOVA MONTE VERDE	220	06	10	06
PARANAÍTA	2400	1200	1800	500

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO COM APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
CUIABÁ	85,00	1.267.870,00
SINOP		
SORRISO		
VALOR TOTAL		1.267.870,00



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO SEM/ APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
NOVA MUTUM	50,00	99.800,00
VALOR TOTAL		99.800,00

2. DA JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para justificarmos a presente Contratação, citamos o artigo segundo da lei 8.080/1990, onde consta a regulamentação das obrigações do Estado em relação à saúde da população:

(...) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Para prover as condições à saúde da população, o Estado deve oferecer condições que assegurem “acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

2.2. É neste ponto que passo a considerar que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 para que toda a população brasileira tenha acesso ao atendimento público de saúde.

2.3. Todavia, é de consenso comum que tal sistema público não consegue atender a demanda cada dia maior. A intenção precípua da Administração é oferecer uma assistência à saúde eficiente e digna, seja na rede pública, ou privada, objetivando reduzir ou minimizar os efeitos danosos das doenças sobre a continuidade e qualidade de vida da população, para se prestar à garantia de segurança aos bens fundamentais da pessoa humana: a vida e a saúde.

2.4. Os municípios que fazem parte Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Tapajós precisam atender a necessidade da realização do processo licitatório para aquisição do serviço de hospedagem em casa de apoio, tendo em vista que são inúmeros os pacientes/clientes que são encaminhados para realizarem tratamentos médicos, consultas e exames especializadas e também em estado de urgência e emergência, para as cidades de Cuiabá/MT, Sorriso/MT, Sinop/MT e Nova Mutum/MT e dependendo do tipo de tratamento a ser realizado poderá durar mais de um dia não sendo possível retornar no mesmo dia e sendo a maioria desses pacientes/clientes desprovidos de recursos financeiros é necessário um local apropriado para que fiquem acomodados até liberação médica. Diante dos fatos mencionados surgiu a necessidade de a Secretaria Municipal de Saúde estar prestando assistência a esses



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

pacientes/clientes oferecendo a eles o serviço de hospedagem em casa de apoio, transporte e fornecimento de no mínimo quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche e jantar).

3. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR (EMPRESA A SER CONTRATADA)

3.1. A escolha recairá sobre as empresas que preencherem as condições previstas em edital e também que aceitem a proposta financeira estipulada pelo Consórcio de Saúde.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Natureza do Objeto:

4.1.1. Constitui serviço continuado e comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme Acórdão nº 2.471/2008 TCU- Plenário. Assim, sugere-se a adoção da modalidade credenciamento: "processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados."

4.1.2. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, uma vez que se trata de demanda de saúde contínua e essencial.

4.1.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas na legislação vigente.

4.1.4. Para salvaguardar a observância do interesse público na gestão de suas atividades, como regra geral, compete à Administração Pública realizar regular procedimento licitatório previamente às suas contratações, em consonância com os princípios e disposições legais constantes na Constituição Federal de 1988 (art. 37, inc. XXI) e na Lei nº 14.133/2021.

4.1.5. Além disso, convém pontuar que em função do dever de planejamento que lhe é regularmente imposto, a Administração Pública tem o dever de definir objetivamente o objeto de suas contratações, seus quantitativos, as especificações técnicas necessárias, as condições de execução contratual, dentre outros requisitos objetivamente impostos pelo ordenamento jurídico.

4.1.6. Conclui-se, portanto, que considerado que os serviços elencados neste instrumento, em regra, têm natureza contínua, é possível que tenham a possibilidade de prorrogação, conforme dispõe o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2. O estabelecimento que prestará o serviço de hospedagem em casa de apoio deverá:

4.2.1. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam inteiramente prestados como contratado;

4.2.2. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços e as Certidões Negativas, acompanhados com relatório para realização de conferência do mesmo pela Central de Regulação;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 4.2.3. Possuir quartos masculinos e femininos separados com banheiros, ar-condicionado e em perfeito estado de higiene e conservação;
- 4.2.4. Possuir rampas e acessibilidades com banheiros para portadores de necessidades especiais;
- 4.2.5. Acomodações e dormitórios prezando qualidade e higiene;
- 4.2.6. Liberar a entrada de pacientes que chegarem após as 22:00 horas, caso sejam pacientes/acompanhantes que forem encaminhados através de ônibus ou em estado de urgência e emergência;
- 4.2.7. Deverá possuir controle de entrada e saída com assinaturas dos assistidos;
- 4.2.8. O local deverá conter livre acesso a veículos e ambulâncias, devendo ainda ser local higienizado e arejado
- 4.2.9. É de responsabilidade de a contratada oferecer assistência e acompanhamento para a realização de documentação se caso o paciente vir a óbito;
- 4.2.10. Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;
- 4.2.11. Levar imediatamente ao conhecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 4.2.12. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados de imediato;
- 4.2.13. Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
- 4.2.14. Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento.
- 4.2.15. A contratada deverá fornecer alimentação e hospedagem como: café da manhã (básico), almoço, lanche e jantar de boa qualidade;
- 4.2.16. Deverá comunicar a Central de Regulação do respectivo Município sobre os pacientes que deram entrada na casa de apoio sem autorização de diárias que forem encaminhados pela emergência.
- 4.2.17. Fornecer transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios, tratamentos médicos e traslado de rodoviária ou aeroporto, inclusive para buscar e levar até ao alojamento da contratada, quando necessário e independente do dia e do horário aos pacientes e seus respectivos acompanhantes que necessitem de tratamento médico continuado (exames complexos, consultas especializadas, dentre outros regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD) na cidade sede e que precisam ficar por mais de um dia na cidade devido aos agendamentos diversos e prescrições médicas, caso tenha sido contratado esse serviço.
- 4.2.18. Para execução do traslado o fornecedor deverá fazê-lo com transporte adequado para este fim, obedecendo as normas aplicáveis vigentes.
- 4.2.19. Deverá, quando necessário, fazer agendamentos de exames e consultas, retirada de exames e medicamentos, se assim solicitado.
- 4.2.20. O fornecedor sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços, reservando-se o Consórcio o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em conformidade com a quantidade e especificações contidas neste Edital e seus anexos.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

4.2.21. Após, a concessão de autorização para Tratamento Fora Domicílio ficará ao encargo da respectiva Secretaria Municipal de Saúde que entrará em contato com o contratado (via telefone, e-mail, ou outro instrumento equivalente). O relatório de Encaminhamento para Tratamento Fora Domicílio constará, impreterivelmente, o carimbo e assinatura do funcionário autorizador e da “casa de apoio” onde o paciente e/ou acompanhante ficar hospedado.

4.2.22. Disponibilizar de um quantitativo mínimo de roupas de cama e higiene pessoal para uso de pacientes aos acompanhantes que por uma eventualidade ou emergência não estejam portando tais objetos, observando que qualquer tipo de roupas de cama e banho fornecida e usadas por pacientes devem estar totalmente esterilizadas;

4.2.23. A contratada se obriga a transportar os pacientes e seus acompanhante para seus locais de consultas/exames em horários diferenciados e nos sábados e domingos caso seja necessário.

4.2.24. Caberá ao contratado o fornecimento de todas as condições necessárias à plena execução dos procedimentos indicados no termo de contrato, responsabilizando-se pelo custeio e pagamento das despesas de toda mão de obra, alimentação, transporte necessários e igualmente se responsabilizará por tributos e encargos sociais decorrentes do contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor.

4.2.25. É terminantemente proibida a cobrança de valores complementares contra o paciente e/ou acompanhante a qualquer título, quais sejam: taxas, encargos, despesas, custas, emolumentos, entre outros, sob penas da lei.

4.2.26. A credenciada deverá responsabilizar-se por todos os custos referente ao fornecimento de mão de obra, necessários à perfeita execução do objeto, devendo estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos, taxas de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação ou que venham a implicar no fiel cumprimento do contrato, não cabendo ao Consórcio, nenhum custo adicional;

4.2.27. O Consórcio reserva-se o direito de avaliar, a qualquer momento, a qualidade do serviço prestado pela licitante vencedora, a fim de evidenciar o cumprimento das exigências desse instrumento, podendo, quando necessário, solicitar documentos comprobatórios para fins de verificação.

4.2.28. A utilização do serviço será agendado através da Central de Regulação da Secretaria Municipal de Saúde do respectivo município, que terá o controle de quantos pacientes e acompanhantes (quando necessário) estarão se locomovendo até a cidade onde se localiza a respectiva casa de apoio, para tratamento especializado, e também a hospedagem dos pacientes que forem de urgência e emergência.

4.2.29. O serviço licitado deverá ser executado nas dependências da casa de apoio credenciada.

4.2.30. A entrega do objeto será contínua e conforme as necessidades do Consórcio de Saúde, tendo em vista a sua peculiaridade.

4.3. Os requisitos da contratação estão descritos no Termo de Referência e referem-se aos seus aspectos legais.

4.4. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto conforme produção.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

4.5. Poderão participar deste processo qualquer pessoa jurídica legalmente constituída que satisfaça as exigências do edital e seus anexos, preste serviço compatível com o objeto da Contratação e realize, efetivamente, o serviço ofertado.

4.6. Os interessados na presente contratação deverão atender aos requisitos e apresentar a documentação relacionada no Edital, para fins de habilitação e contratação.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1. A contratação fundamenta-se através de credenciamento com espeque no art. 79, da Lei nº 14.133/2021;

6. DA MINUTA DO CONTRATO

6.1. Seguirá em anexo.

7. DO PRAZO DE INÍCIO E LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Data de início para apresentação de propostas: 04 de abril de 2024.

7.2. Os serviços serão executados na sede de cada casa de apoio.

8. DA DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. A distribuição dos serviços será de acordo com a demanda dos municípios.

8.2. A solicitação será feita pelas secretarias municipais de saúde, primordialmente através do sistema informatizado de gestão do Consórcio de Saúde.

8.3. A escolha da empresa que prestará o serviço dentre as empresas credenciadas sempre será um direito do paciente ou familiar ou responsável, não havendo por parte do CONSÓRCIO obrigação de prover demanda mínima de encaminhamentos a CREDENCIADA.

8.4. A Convocação para prestação do serviço será efetivada mediante comunicação formalmente encaminhada à credenciada pelo Consórcio de Saúde, via sistema, podendo ser o agendamento, mensagem de texto em aplicativo de conversa, ou congêneres.

8.5. A confirmação da aceitação do serviço pela credenciada é automática ao agendamento no sistema.

8.6. A recusa formal injustificada da prestação do serviço, por parte da credenciada implica no descredenciamento e suas sanções.

8.7. A credenciada não poderá transferir, total ou parcialmente a terceiros os serviços objeto deste credenciamento, sob pena de descredenciamento e de aplicação das demais penalidades.

8.8. Os serviços serão agendados pelos municípios diretamente com os prestadores de serviço credenciados Sistema Web CPSVTP-SICS (Sistema Integrado de Consórcio de Saúde), cujo link está disponível na Página Web Oficial deste Consórcio em “ACESSO AO SISTEMA”, após confirmada no sistema SICS, e cadastramento feito conforme Instrução Normativa nº 001/2023, disponível no site www.consorciotaltapajos.com.br.

9. DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

9.1. O valor de cada item está especificado no item 1.5.

9.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Consórcio.

9.3. A CONTRATANTE descontará dos pagamentos eventualmente devidos os valores necessários para cobrir possíveis despesas com multas e indenizações ou outros encargos de responsabilidade da CONTRATADA;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 9.4.** Todos os impostos, taxas, contribuições, encargos sociais incidentes sobre a execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA;
- 9.5.** A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AO ALTO TAPAJÓS, CNPJ nº 02.228.364/0001-59 devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Empenho, nº do processo administrativo e nº do Contrato;
- 9.6.** Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;
- 9.7.** Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante o prazo de 01(um) ano da data da proposta, devendo qual reajuste somente ser efetuado após 12(doze) meses da data da proposta final;
- 9.8.** Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de salários e encargos de seus empregados/profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da execução dos serviços.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Com vistas ao cumprimento das exigências previstas na legislação, a necessidade de contratação para o objeto acima citado bem como, constatando a existência de disponibilidade de elementos orçamentários para contabilização da referida despesa, e que, os serviços que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado. O crédito respectivo ocorrerá à conta da dotação orçamentária:

10.1.1. Programa de Trabalho: 04.122.0001.2002 Atividade Administrativa da Direção de Gestão. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00; OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA (IDENTIFICAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE) – FONTE DE RECURSOS: 1500100200 RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1.** Convocar a contratada/credenciada para assinatura do contrato;
- 11.2.** Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após a prestação dos serviços, nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT;
- 11.3.** Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- 11.4.** Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, (na prestação dos serviços) solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 11.5.** Supervisionar o cumprimento contratual, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento da prestação de serviços e qualidade dos objetos.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

11.6. A execução dos itens que compõem o objeto deste instrumento deverá ser recusada pela contratante se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;

11.7. Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto contratado dentro das especificações descritas no Termo de Referência Anexo I.

11.8. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo ao credenciado será de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.

11.9. Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

11.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.10.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.10.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

11.10.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

11.11. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

11.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

11.13. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;

11.14. Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE.

12.2. Executar o objeto, conforme descrito no Edital e no Termo de Referência.

12.3. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam inteiramente prestados como contratado;

12.4. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços e as Certidões Negativas, acompanhados com relatório para realização de conferência do mesmo pela Central de Regulação;

12.5. Possuir quartos masculinos e femininos separados com banheiros, ar-condicionado e em perfeito estado de higiene e conservação;

12.6. Possuir rampas e acessibilidades com banheiros para portadores de necessidades especiais;

12.7. Acomodações e dormitórios prezando qualidade e higiene;

12.8. Liberar a entrada de pacientes que chegarem após as 22:00 horas, caso sejam pacientes/acompanhantes que forem encaminhados através de ônibus ou em estado de urgência e emergência;

12.9. Deverá possuir controle de entrada e saída com assinaturas dos assistidos;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 12.10.** O local deverá conter livre acesso a veículos e ambulâncias, devendo ainda ser local higienizado e arejado
- 12.11.** É de responsabilidade de a contratada oferecer assistência e acompanhamento para a realização de documentação se caso o paciente vir a óbito;
- 12.12.** Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;
- 12.13.** Levar imediatamente ao conhecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 12.14.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados de imediato;
- 12.15.** Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
- 12.16.** Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento.
- 12.17.** A contratada deverá fornecer alimentação e hospedagem como: café da manhã (básico), almoço, lanche e jantar de boa qualidade;
- 12.18.** Deverá comunicar a Central de Regulação do respectivo Município sobre os pacientes que deram entrada na casa de apoio sem autorização de diárias que forem encaminhados pela emergência.
- 12.19.** Fornecer transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios, tratamentos médicos e traslado de rodoviária ou aeroporto, inclusive para buscar e levar até ao alojamento da contratada, quando necessário e independente do dia e do horário aos pacientes e seus respectivos acompanhantes que necessitem de tratamento médico continuado (exames complexos, consultas especializadas, dentre outros regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD) na cidade sede e que precisam ficar por mais de um dia na cidade devido aos agendamentos diversos e prescrições médicas, caso tenha sido contratado esse serviço.
- 12.20.** Para execução do traslado o fornecedor deverá fazê-lo com transporte adequado para este fim, obedecendo as normas aplicáveis vigentes.
- 12.21.** Deverá, quando necessário, fazer agendamentos de exames e consultas, retirada de exames e medicamentos, se assim solicitado.
- 12.22.** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, sendo que a CONTRATADA deverá atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato.
- 12.23.** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, à Secretaria Executiva, sob pena de multa de 2% ao dia, e ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, ensejar a rescisão do contrato.
- 12.24.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 12.25.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do item, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 12.26.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao detentor do preço registrado/contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
- 12.27.** Comunicar imediatamente a Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 12.28.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, se for o caso;
- 12.29.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, independentemente da que será exercida por este Consórcio;
- 12.30.** Indenizar terceiros e/ou o próprio Consórcio mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 12.31.** Fornecer os itens, conforme estipulado nesta ata/contrato e de acordo com a proposta apresentada ou proposta aceita;
- 12.32.** A entrega do item deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;
- 12.33.** O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços, acompanhado das requisições originais do CISRAT devidamente preenchidas e assinadas.
- 12.34.** Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/objeto ou passíveis de substituição.
- 12.35.** A CONTRATADA terá que seguir as descrições dos itens conforme consta no edital/termo de referência;
- 12.36.** Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados conforme abaixo descrito e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada nos trabalhos descumpridos por parte da Contratada;
- 12.37.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado a causa;
- 12.38.** Responder pela correção e qualidade dos serviços, ainda que autorizada excepcionalmente e à critério da Administração Pública, sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- 12.39.** Apresentar, cotações coletadas que atuem no ramo do mercado pretendido. Se não houver possibilidade de obter as propostas, a CONTRATADA deve apresentar as justificativas pertinentes, por escrito;
- 12.40.** Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.
- 12.41.** Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços contratados.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

12.42. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

12.43. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

12.44. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério do Consórcio, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

12.45. Serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;

12.46. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.

12.47. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras e condições estabelecidas neste edital, sob pena de descredenciamento.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/21, o contratado que:

13.1.1. Apresentar documentação falsa;

13.1.2. Deixar de entregar os documentos exigidos pelo contratante;

13.1.3. Não mantiver a sua proposta dentro do prazo de validade;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Fizer declaração falsa;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução do certame; e,

13.1.8. Falhar ou fraudar na execução do contrato.

13.2. O Contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item (ns) prejudicado(s) pela conduta do licitante; e,

13.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5(cinco) anos.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

13.4.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

13.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e,

13.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. Aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/21, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou no caso de multas cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste Termo de Referência, sem a expressa anuência do Poder Público.

15. DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A gestão e o acompanhamento administrativo da execução contratual caberão diretamente à Contratante, por meio de servidor designado, a quem compete verificar se a Contratada está obedecendo aos termos do Contrato e os demais documentos que o integram, ficando a *fiscalização e acompanhamento técnico dos serviços*;

15.2. O fiscal do contrato não terá nenhum poder de mando, gerência ou controle sobre os empregados designados pela Contratada para a prestação dos serviços, objeto do presente Termo de Referência, cabendo-lhe, no acompanhamento e na fiscalização do Contrato, registrar as ocorrências relacionadas com sua execução, comunicando à empresa, por meio do seu representante e/ou preposto, as providências necessárias à sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior;

15.3. A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e/ou prepostos;

15.4. A fiscalização e o acompanhamento contratual consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, objetivando assegurar o perfeito cumprimento do Contrato

15.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.6. Ao fiscal do Contrato caberá solicitar e atestar os serviços e realizar avaliações

15.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios.

16. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

16.1. Não se aplica aos itens em questão, considerando que a permanência no credenciamento ou não é faculdade do prestador, razão pela qual os eventuais acréscimos sempre terão a característica de ajuste bilateral nos termos do art. 124, II, “b”, na Lei de Licitações.

17. MODELO DA GESTÃO DO CONTRATO.

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

17.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

17.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

17.6. Fiscalização Técnica:

17.6.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

17.6.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

17.6.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

17.6.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

17.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

17.6.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

17.7. Fiscalização Administrativa:

17.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

17.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

17.8. Gestor do Contrato:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

17.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

17.8.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II)

17.8.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

17.8.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);

17.8.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

17.8.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI)

17.8.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

18. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

18.1. Os serviços prestados deverão ser certificados de sua prestação através do sistema e outros meios idôneos de controle e da apresentação da nota fiscal, a ser devidamente atestada pelo Consórcio.

18.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.3. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do pagamento.

18.4. Liquidação:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

18.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

18.4.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.4.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como o prazo de validade; a data da emissão; os dados do contrato e do órgão contratante; o período respectivo de execução do contrato; o valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

18.4.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

18.4.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.5. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

18.6. Constatando-se, irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

18.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato

18.10. Prazo de pagamento

18.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

18.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

18.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR.

19.1. Todo prestador que preencher os requisitos de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e trabalhista, de qualificação técnica, de qualificação econômico-financeira e de regularidade sanitária será credenciado para prestação dos serviços.

19.2. Será considerada habilitada a Credenciada que apresentar os documentos a seguir listados, observando que a interessada que declarar que cumpre os requisitos de habilitação e não os cumprir será inabilitada e ficará sujeita às penalidades legais;

19.3. Constituem motivos para inabilitação da credenciada, ressalvada a hipótese de saneamento da documentação:

19.4. A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

19.5. A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

19.6. A apresentação de documentação de habilitação que contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;

19.7. Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação do credenciamento, exceto atestado;

19.8. Os documentos necessários à Habilitação que puderem ser extraídos via internet comprovando sua validade, serão impressos, excepcionalmente, pelo presidente ou um dos membros da equipe de apoio, apenas para efeitos de comprovação de autenticidade daqueles apresentados;

19.9. O envelope referente aos documentos de habilitação deverá conter os documentos em originais atualizados, ou cópia de cada documento individualmente autenticada, ou ainda, cópias simples que poderão ser autenticadas pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou pelos membros da comissão no ato de abertura da documentação de habilitação, devendo estar acompanhadas dos respectivos originais, não se aplicando aos documentos que puderem ser extraídos via internet.

19.10. A credenciada interessada deverá apresentar o TERMO DE ACEITE dos serviços pretendidos conforme modelo Anexo II;

19.10.1. Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições e prazo de fornecimento para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (conforme modelo – Anexo V);

19.10.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação (conforme modelo Anexo VI);

19.11. Documentos Relativos à Habilitação jurídica:

19.11.1. Cédula de Identidade e CPF dos Sócios e ou proprietário;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

-
- 19.11.2.** Registro comercial, no caso de empresa individual ou;
- 19.11.3.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou;
- 19.11.4.** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício ou;
- 19.11.5.** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual atualizado, impresso com data não superior a 30 (trinta) dias da data do certame;
- 19.12. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**
- 19.12.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 19.12.2.** Prova de inscrição de Contribuinte Estadual;
- 19.12.3.** Alvará de Localização e Funcionamento – emitido pelo Poder Executivo Municipal da sede do licitante;
- 19.12.4.** Certidão Negativa de Débitos e Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 19.12.5.** Certidão Negativa referente a pendências tributárias e não tributárias controladas pela Secretaria de Estado da sede do Licitante;
- 19.12.6.** Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais da sede do licitante;
- 19.12.7.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida no site <http://www.tst.jus.br/certidao>;
- 19.12.8.** Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS;
- 19.12.9.** Consulta unificada - CEIS - CNEP - INIDÔNEOS TCU - CNIA E CNJ, através do site: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
- 19.12.10.** Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado (s) menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis)anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, inciso V, (conforme modelo Anexo IV);
- 19.12.11.** Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas.
- 19.13. Qualificação Técnica**
- 19.13.1.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 19.14. Qualificação Econômico-Financeira**
- 19.14.1.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- 19.14.2.** Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, observando que a constituição do balanço patrimonial deve demonstrar o ativo, passivo e patrimônio líquido da interessada;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

19.14.3. O Balanço Patrimonial deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial do Estado (Sede do Licitante).

19.14.4. No caso do Balanço Patrimonial estiver contido no registro do Livro Diário, deverá anexar juntamente ao mesmo o Termo de abertura e Termo de encerramento do respectivo livro.

19.14.5. Em se tratando de Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, o mesmo deverá estar acompanhado do recibo de entrega do órgão competente e escrituração contábil digital, juntamente com termo de abertura e encerramento;

19.14.6. O Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;

19.14.7. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual o Balanço Patrimonial poderá ser substituído pela Declaração de Opção do SIMPLES nos termos da legislação vigente;

19.14.8. Certidão Simplificada Emitida pela Junta Comercial da sede do licitante comprovando a existência de capital social no valor igual ou superior a 2% da contratação, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

19.14.9. Para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual, o Capital Social poderá ser comprovado através do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

19.14.10. As certidões que não apresentarem data de validade, será considerada válida dentro de período de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão.

19.15. Regularidade Sanitária

19.15.1. Alvará da Vigilância Sanitária emitido pelo Órgão competente, do local de atendimento, seja sede e/ou terceirizado;

20. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1. O custo estimado total da contratação é de 1.267.870,00 conforme custos unitários apostos na tabela anexo.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós.

D) Gestão/Unidade: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS.

Fonte de Recursos: 1.500.100200

Programa de Trabalho: 04.122.0001.2002

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00

22. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

22.1. Não julgado

23. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 23.1.** Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;
- 23.2.** As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;
- 23.3.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

Alta Floresta MT, 02 de abril de 2024.

RESPONSÁVEL:

LENIR GERONIMO DE SOUSA

Secretária Executiva



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO I-A

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO

1.1. São os seguintes itens:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	DIÁRIAS/ANO NAS CASAS DE APOIO			
	CUIABÁ	NOVA MUTUM	SINOP	SORRISO
ALTA FLORESTA	510	50	350	230
APIACÁS		450	450	360
CARLINDA	300	30	30	30
NOVA BANDEIRANTES	2990	260	1300	260
NOVA MONTE VERDE	220	06	10	06
PARANAÍTA	2400	1200	1800	500

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO COM APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
CUIABÁ	85,00	1.168.070,00
SINOP		
SORRISO		
VALOR TOTAL		1.168.070,00

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO SEM/ APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
NOVA MUTUM	50,00	99.800,00
VALOR TOTAL		99.800,00

1.2. O valor admissível para a referida contratação do presente termo, elaborado com base na média dos preços praticados no mercado, mediante pesquisa efetuada junto a fornecedores do ramo, é de **R\$ 1.267.870,00** (**um milhão duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e setenta reais**), conforme tabela acima.

Alta Floresta/MT, 02 de abril de 2024.

LENIR GERONIMO DE SOUSA

Secretária Executiva



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO II

TERMO DE ACEITE DA PROPOSTA FINANCEIRA

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CRENCIAMENTO Nº 002/2023

Ao aderir o presente credenciamento, declaramos que a empresa....., por seu representante legal, conhece o inteiro teor do Edital de **Credenciamento nº 002/2024**, bem como o valor o qual o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT se propõe a pagar pelos serviços prestados de acordo com o valor médio de referência, que foi obtido com base no preço de mercado, e comprometemos a prestar atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, encaminhados pela pelos municípios, de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, nos valores assim especificados:

1. ESPECIFICAÇÃO E CUSTO

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	DIÁRIAS/ANO NAS CASAS DE APOIO			
	CUIABÁ	NOVA MUTUM	SINOP	SORRISO
ALTA FLORESTA	510	50	350	230
APIACÁS		450	450	360
CARLINDA	300	30	30	30
NOVA BANDEIRANTES	2990	260	1300	260
NOVA MONTE VERDE	220	06	10	06
PARANAÍTA	2400	1200	1800	500

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO COM APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
CUIABÁ	85,00	1.168.070,00
SINOP		
SORRISO		
VALOR TOTAL		1.168.070,00

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO SEM/ APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
NOVA MUTUM	50,00	99.800,00



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

VALOR TOTAL	99.800,00
--------------------	-----------

Declaramos por fim estarmos cientes de todas as condições do edital supracitado, bem como de todas as especificações contidas na minuta do futuro contrato a ser assinado e que as aceitamos de forma incondicional as condições do presente objeto de contratação.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO III

CARTA DE CREDENCIAMENTO

INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO Nº 002/2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Nome ou Razão social

CNPJ:

1.1. ENDEREÇO:

Rua, avenida, nº e complemento

Bairro Município UF CEP

Telefone Celular Fax

E-mail

2. TITULARES (sócios e representantes legais da empresa):

Nome:

Formação: Identidade: CPF:

3. Serviços a serem prestados:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	DIÁRIAS/ANO NAS CASAS DE APOIO			
	CUIABÁ	NOVA MUTUM	SINOP	SORRISO
ALTA FLORESTA	510	50	350	230
APIACÁS		450	450	360
CARLINDA	300	30	30	30
NOVA BANDEIRANTES	2990	260	1300	260
NOVA MONTE VERDE	220	06	10	06
PARANAÍTA	2400	1200	1800	500

**VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO COM APOIO DE VEICULO EM
TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO**



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
CUIABÁ	85,00	1.168.070,00
SINOP		
SORRISO		
VALOR TOTAL		1.168.070,00

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO SEM/ APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
NOVA MUTUM	50,00	99.800,00
VALOR TOTAL		99.800,00

4. **DECLARAMOS**, sob as penas da lei, que:
- 4.1. **recebemos os documentos que compõem o Edital e tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;**
- 4.2. **as informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, bem como que concordamos com os termos do edital e seus anexos;**
- 4.3. **temos ciência da obrigatoriedade de declarar qualquer fato superveniente impeditivo do credenciamento, e;**
- 4.4. **que possuímos condições de cumprir as exigências mínimas, para realização dos serviços a serem prestados, no que se refere aos recursos físicos e tecnológicos;**

Vimos requerer, mediante a presente, o credenciamento, em conformidade com o Edital divulgado pela Comissão Permanente de Licitação, juntando a documentação exigida.

Local/data

Nome e Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo de CNPJ ou CPF

OBS: Em caso de representação por meio de procuração particular, a mesma deverá ter firma reconhecida em cartório.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

A Comissão Permanente de Licitação

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT

Ref: **CRENCIAMENTO N° 002/2024**

(Nome da Empresa) -----, CNPJ nº -----, sediada na Rua -----, nº -----, bairro, -----, CEP----- Município -----, por seu representante legal abaixo-assinado, em cumprimento ao solicitado no referido edital, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Não possui em seu quadro de pessoal servidores no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT, exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz*.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT

Ref: **CRENCIAMENTO N° 003/2024**

Declaramos, para todos os efeitos legais, que a empresa, CNPJ, reúne todos os requisitos de habilitação exigidas no Edital, quanto às condições de qualificação jurídica, fiscal, trabalhista, técnica e econômico-financeira, bem como de que está ciente e concorda com o disposto em Edital.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:

Obs.: No caso de microempresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração, **além de juntar o documento com restrição no envelope de habilitação.**



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A Comissão Permanente de Licitação

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT

Ref: **CRENCIAMENTO N° 003/2024**

A empresa _____, CNPJ _____, sediada na rua _____, bairro _____, cidade _____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, portador do RG n° _____ e inscrito no CPF sob o número _____, no uso de suas atribuições legais, comprometendo-se nos termos da legislação reguladora da matéria, a informar a qualquer tempo, sob pena das penalidades cabíveis, a existência de fatos supervenientes impeditivos a habilitação para este certame licitatório no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós - CISRAT , **CRENCIAMENTO N° 003/2024**, devidamente assinada pelo representante legal da empresa participante.

Local e data

Assinatura do representante legal

CPF:

Carimbo de CNPJ da empresa:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS**, pessoa jurídica de direito público interno sob a forma de autarquia, com sede administrativa à Rua do Araújo, nº 264 – Setor RI, nesta cidade de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.228.364/0001-59, representado pelo Presidente **Sr. VALDEMAR GAMBA**, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº. 345.216.151-04 e RG nº. 484.990 SSP/MT, residente e domiciliado à Rua Gonçalves Dias nº 65 – Setor J, na cidade e município de Alta Floresta, por este ato denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa _____, doravante designada como **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Instrumento de Contrato, decorrente do **Processo de Credenciamento nº 003/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. OBJETO (art. 92, I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto do presente instrumento é **CONTRATAÇÃO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, COM OU SEM TRANSPORTE DE PACIENTES E FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 04(QUATRO) REFEIÇÕES DIÁRIAS PARA PACIENTES E SEUS ACOMPANHANTES (QUANDO FOR O CASO), ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTOS/CONSULTAS MÉDICOS OU FAZER EXAMES ESPECIALIZADOS NAS CIDADES DE CUIABÁ/MT, SORRISO/MT, SINOP/MT E NOVA MUTUM/MT, DE MUNICÍPIOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJÓS.**, para os itens abaixo relacionados, sendo o quadro o limite quantitativo de máximo, e não objeto de adjudicação, ou garantia de contratação das quantidades e valores ali mencionados:

MUNICÍPIOS CONSORCIADOS	DIÁRIAS/ANO NAS CASAS DE APOIO			
	CUIABÁ	NOVA MUTUM	SINOP	SORRISO
ALTA FLORESTA	510	50	350	230
APIACÁS		450	450	360
CARLINDA	300	30	30	30
NOVA BANDEIRANTES	2990	260	1300	260
NOVA MONTE VERDE	220	06	10	06
PARANAÍTA	2400	1200	1800	500



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO COM APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
CUIABÁ	85,00	1.168.070,00
SINOP		
SORRISO		
VALOR TOTAL		1.168.070,00

VALOR DAS DIÁRIAS NAS CASAS DE APOIO SEM/ APOIO DE VEICULO EM TRANSPORTE DE PACIENTE PERIMETRO URBANO		
MUNICÍPIO SEDE	Valor Unitário	Valor Total
NOVA MUTUM	50,00	99.800,00
VALOR TOTAL		99.800,00

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** (art. 106, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) contado da contratação, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação é condicionada ao ateste pelo Contratante de que as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com a Contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- b) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- c) Haja manifestação expressa da Contratado informando o interesse na prorrogação;
- d) Seja comprovado que a Contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação desta contratação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

3.1. O presente Termo de Contrato se vincula à Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, subsidiariamente, às seguintes leis:



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- a) Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e Pequena Empresa);
- b) Lei Federal nº 10.406, de 2002 (Código Civil);
- c) Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- d) Lei Federal nº 12.846, de 2013 (Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências);
- e) Lei Federal nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- f) Lei Federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A fundamentação da contratação é o de Credenciamento (art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021).

5. SUBCONTRATAÇÃO (art. 122 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, senão com autorização expressa do Poder Público.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 6.1.** Convocar a contratada/credenciada para assinatura do contrato;
- 6.2.** Efetuar os pagamentos das Notas Fiscais/Faturas da Contratada, após a prestação dos serviços, nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital, por meio da Tesouraria, com a Fatura/Nota Fiscal devidamente atestada pelo setor Competente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós – CISRAT;
- 6.3.** Acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços;
- 6.4.** Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos materiais, (na prestação dos serviços) solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência;
- 6.5.** Supervisionar o cumprimento contratual, com faculdade de inspeção e controle, podendo ditar medidas que achar necessárias ao bom andamento da prestação de serviços e qualidade dos objetos.
- 6.6.** A execução dos itens que compõem o objeto deste instrumento deverá ser recusada pela contratante se forem prestados ou entregues em desacordo com as especificações dos requisitos obrigatórios constantes neste instrumento e no edital de convocação;
- 6.7.** Oferecer todas as informações necessárias para que a credenciada possa executar o objeto contratado dentro das especificações descritas no Termo de Referência Anexo I.
- 6.8.** Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo ao credenciado será de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos.
- 6.9.** Acompanhar a prestação dos serviços, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da prestação; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.
- 6.10. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:**
 - a) Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- b) Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
- c) Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado;

6.11. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias, a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

6.12. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, a aplicação de sanções, alterações e revisões do Contrato;

6.13. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o Contrato;

6.14. Aceitar ou rejeitar a execução do serviço, após a conclusão de cada etapa do objeto, fazendo, as observações que julgar necessárias à sua perfeita conclusão e devida aceitação.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.1. Fornecer toda e qualquer informação solicitada pela CONTRATANTE.

7.2. Executar o objeto, conforme descrito no Edital e no Termo de Referência.

7.3. Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam inteiramente prestados como contratado;

7.4. Apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as notas fiscais de Prestação de Serviços e as Certidões Negativas, acompanhados com relatório para realização de conferência do mesmo pela Central de Regulação;

7.5. Possuir quartos masculinos e femininos separados com banheiros, ar-condicionado e em perfeito estado de higiene e conservação;

7.6. Possuir rampas e acessibilidades com banheiros para portadores de necessidades especiais;

7.7. Acomodações e dormitórios prezando qualidade e higiene;

7.8. Liberar a entrada de pacientes que chegarem após as 22:00 horas, caso sejam pacientes/acompanhantes que forem encaminhados através de ônibus ou em estado de urgência e emergência;

7.9. Deverá possuir controle de entrada e saída com assinaturas dos assistidos;

7.10. O local deverá conter livre acesso a veículos e ambulâncias, devendo ainda ser local higienizado e arejado

7.11. É de responsabilidade de a contratada oferecer assistência e acompanhamento para a realização de documentação se caso o paciente vir a óbito;

7.12. Obedecer às normas e rotinas dos locais onde prestar os serviços, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda e à qualidade dos serviços executados;

7.13. Levar imediatamente ao conhecimento do Consórcio Intermunicipal de Saúde qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços, para adoção de medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;

7.14. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados de imediato;

7.15. Responder pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 7.16.** Cumprir rigorosamente a carga horária pactuada no contrato, sob pena de incidir em descontos proporcionais por ocasião do pagamento.
- 7.17.** A contratada deverá fornecer alimentação e hospedagem como: café da manhã (básico), almoço, lanche e jantar de boa qualidade;
- 7.18.** Deverá comunicar a Central de Regulação do respectivo Município sobre os pacientes que deram entrada na casa de apoio sem autorização de diárias que forem encaminhados pela emergência.
- 7.19.** Fornecer transporte (locomoção dos pacientes até os locais de consultas, laboratórios, tratamentos médicos e traslado de rodoviária ou aeroporto, inclusive para buscar e levar até ao alojamento da contratada, quando necessário e independente do dia e do horário aos pacientes e seus respectivos acompanhantes que necessitem de tratamento médico continuado (exames complexos, consultas especializadas, dentre outros regulados pelo Tratamento Fora de Domicílio – TFD) na cidade sede e que precisam ficar por mais de um dia na cidade devido aos agendamentos diversos e prescrições médicas, caso tenha sido contratado esse serviço.
- 7.20.** Para execução do traslado o fornecedor deverá fazê-lo com transporte adequado para este fim, obedecendo as normas aplicáveis vigentes.
- 7.21.** Deverá, quando necessário, fazer agendamentos de exames e consultas, retirada de exames e medicamentos, se assim solicitado.
- 7.22.** Respeitar os limites dos quantitativos especificados, sendo que a CONTRATADA deverá atender as solicitações de fornecimento dos itens da Contratante, sob pena de ensejar, além de sanções administrativas, a rescisão do presente contrato.
- 7.23.** Retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, ou requisitá-la no mesmo prazo, via e-mail, à Secretaria Executiva, sob pena de multa de 2% ao dia, e ultrapassando o período do 10º (décimo) dia útil, ensejar a rescisão do contrato.
- 7.24.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Consórcio, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do empenho;
- 7.25.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento do item, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 7.26.** A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento/execução incumbe ao detentor do preço registrado/contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;
- 7.27.** Comunicar imediatamente a Consórcio qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 7.28.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes, se for o caso;
- 7.29.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento/execução a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes, independentemente da que será exercida por este Consórcio;



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

- 7.30.** Indenizar terceiros e/ou o próprio Consórcio mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 7.31.** Fornecer os itens, conforme estipulado nesta ata/contrato e de acordo com a proposta apresentada ou proposta aceita;
- 7.32.** A entrega do item deverá obedecer rigorosamente a descrição e quantidades, estabelecidos neste termo;
- 7.33.** O pagamento somente será autorizado após a conferência dos serviços, acompanhado das requisições originais do CISRAT devidamente preenchidas e assinadas.
- 7.34.** Não haverá pagamento parcial da nota, no caso de falta dos serviços/objeto ou passíveis de substituição.
- 7.35.** A CONTRATADA terá que seguir as descrições dos itens conforme consta no edital/termo de referência;
- 7.36.** Atender a todas as exigências do contrato/ata e executar todos os itens contratados conforme abaixo descrito e estabelecido no contrato/ata, bem como, no instrumento convocatório, assumindo assim o ônus da prestação inadequada nos trabalhos descumpridos por parte da Contratada;
- 7.37.** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado a causa;
- 7.38.** Responder pela correção e qualidade dos serviços, ainda que autorizada excepcionalmente e à critério da Administração Pública, sua execução por terceiros, observadas as normas éticas e técnicas aplicáveis;
- 7.39.** Apresentar, cotações coletadas que atuem no ramo do mercado pretendido. Se não houver possibilidade de obter as propostas, a CONTRATADA deve apresentar as justificativas pertinentes, por escrito;
- 7.40.** Além das condições especificadas nos itens anteriores aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.
- 7.41.** Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços contratados.
- 7.42.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;
- 7.43.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;
- 7.44.** Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério do Consórcio, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;
- 7.45.** Serão de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;
- 7.46.** A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

7.47. A empresa credenciada fica obrigada a cumprir as regras e condições estabelecidas neste edital, sob pena de descredenciamento.

8. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (Lei Federal nº 13.709, de 2018 - LGPD)

8.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 2018, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

8.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

8.4. O Contratante deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

8.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da Lei Federal nº 13.709, de 2018, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

8.6. A Contratada deverá exigir de sub-operadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

8.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

8.8. A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da Lei Federal nº 13.709, de 2018, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

8.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (art. 37 da Lei Federal nº 13.709, de 2018), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

8.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 13.709, de 2018.

8.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da Lei Federal nº 13.709, de 2018.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

9.1. A despesa decorrente do fornecimento objeto desta contratação correrá à conta dos créditos orçamentários consignados ao Contratante, nos Programas de Trabalho.

CÓDIGO	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE	VALOR
--------	------------------------	-------	-------



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

REDUZID O		REC.	TOTAL
11	01.001.10.122.0001.2002.3.3.90.39.00.00	1.5.00.100200	99.800,00
TOTAL			99.800,00

CÓDIGO REDUZID O	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE REC.	VALOR TOTAL
11	01.001.10.122.0001.2002.3.3.90.39.00.00	1.5.00.100200	1.168.070,00
TOTAL			1.168.070,00

10. PREÇO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1. O valor total da contratação é de **R\$ 1.267.870,00 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil oitocentos e setenta reais)**.

10.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.1. O pagamento será após a realização do curso e a emissão da respectiva Nota Fiscal a Contratada deverá ter acesso ao relatório do(a) fiscal de contrato para inteirar-se acerca de eventuais glosas em virtude da aferição dos serviços em conformidade com o Acordo de Nível de Serviços (ANS).

12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO (art. 143 e 146 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente na segunda e/ou terceira semana de cada mês subsequente a prestação de serviços, mediante entrega da certificação dos serviços e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo Consórcio, após a execução mensal dos serviços, sob pena de não recebimento, e as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas na habilitação da licitação, ou as justificativas pela impossibilidade de apresentação das referidas certidões, além de outros documentos eventualmente exigidos no Termo de Referência para liquidação e pagamento, em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega do objeto contratado, sob pena de caracterizar a infração tipificada no art. 155, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. O pagamento do objeto da presente contratação, sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da Contratada, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

12.3. Nos pagamentos, o Contratante poderá reter cautelarmente valores referente a eventuais multas, prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplemento e dano, devendo



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

ser liberada no prazo previsto para pagamento a parcela incontroversa. (art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

12.4. Todos os impostos, taxas, contribuições, encargos sociais incidentes sobre a execução dos serviços correrão por conta da CONTRATADA;

12.5. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO AO ALTO TAPAJÓS, CNPJ nº 02.228.364/0001-59 devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Empenho, nº do processo administrativo e nº do Contrato;

12.6. O CNPJ constante da Nota Fiscal e/ou DANFE (Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica) deverá ser o mesmo indicado no pedido de credenciamento.

12.7. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega ao fiscal do contrato ou no protocolo da CONTRATANTE;

12.8. Os valores oferecidos na proposta não poderão ser alterados durante o prazo de 01(um) ano da data da proposta, devendo qual reajuste somente ser efetuado após 12(doze) meses da data da proposta final;

12.9. Os valores propostos deverão ser contados em moeda corrente nacional e já incluídos todos os custos diretos e indiretos relativos ao objeto do Termo de Referência, inclusive com as despesas de salários e encargos de seus empregados/profissionais envolvidos diretamente na execução dos serviços, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários ou outros decorrentes, ou que venham a ser desenvolvidos em razão da execução dos serviços.

12.10. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “*factoring*”.

12.11. Nos termos do art. 92, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso o pagamento seja efetuado após 30 (trinta) dias da prestação de serviços, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

I = 0,0001644 (índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado: $I = (6/100/365)$);

N = número de dias entre a data limite para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

13.1. No caso de a Contratada incorrer em uma ou mais condutas tipificadas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será responsabilizada administrativamente em uma ou mais das sanções previstas no art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

13.2. Em caso de atraso na execução dos serviços, será aplicada multa de mora, correspondente a 2% (um por cento) por dia útil de atraso, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite máximo de 10% (dez por cento), nas hipóteses de atraso injustificado na entrega do(s) serviço(s). A entrega após esse prazo configura a inexecução parcial do contrato, cuja multa será de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação e a não entrega até 10 (trinta) dias úteis após o prazo final de entrega caracterizará inexecução total do contrato, cuja multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. As sanções de advertência (art. 156, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021), impedimento de licitar e contratar (art. 156, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 156, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021) poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa (art. 156, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.5. O processamento das penalidades seguirá os ditames da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.6. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

13.7. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do trânsito em julgado da aplicação da sanção, nos termos do art. 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos (art. 159 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.12. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à contratada do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos da Contratada para com o Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a Contratada possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. ALTERAÇÕES (arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, caso a alteração seja unilateral, sendo que o limite não se aplica em caso ajuste bilateral, caracterizado pela anuência e permanência como credenciado após o aditivo de quantidade superior a 25%.

14.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

15.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da Contratada:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá o Contratante optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

15.3. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

15.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia. Caso a notificação da não-continuidade do contrato ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação (art. 106 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

15.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato (art. 137, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021). Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

15.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

15.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a Contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

16. DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. PUBLICAÇÃO (art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (<https://pncp.gov.br/>), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, V, do Decreto Federal nº 7.724, de 2012.

18. FORO (art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O Foro da Comarca de Alta Floresta/MT é competente para dirimir questões oriundas deste contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós

Para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, depois de lido e achado de acordo, este instrumento será assinado digitalmente ou, em caso de impossibilidade, impresso e assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Alta Floresta/MT, _____ de abril de 2024.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO ALTO TAPAJOS

VALDEMAR GAMBA

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

RG:

RG: